



Relatório e Contas 2022

Índice

7	Relatório de Gestão – Contas Consolidadas
13	Balanço consolidado
14	Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio
15	Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas
16	Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa
19	Anexo ao Relatório
45	Certificação Legal das Contas Consolidadas
49	Certificações
57	Organigrama

Relatório e Contas 2022

INTRODUÇÃO

O exercício de 2022 terminou com resultados bastante aquém das expectativas, sendo como tal, um ano de maus resultados para a empresa. A conjugação de atrasos significativos e não antecipados no início de contratos assegurados no final de 2021 em Moçambique - cuja contribuição em termos de atividade apenas se iniciou no quarto trimestre de 2022 – e no mercado interno, os sucessivos atrasos na implementação do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) em Portugal sobretudo no mercado de infraestruturas e, por consequência, um número reduzido de oportunidades no mercado das obras públicas, e os crónicos atrasos nos processos de licenciamento de obras particulares, impediram de se encontrar no mercado interno a substituição da contribuição diminuída dos mercados externos. Contribuiu também para o mau resultado do ano o impacto do processo negocial resultante de arbitragem de um projeto executado em anos anteriores, decidido a desfavor do agrupamento complementar de empresas de que a Seth faz parte. Este processo está completamente encerrado e não produzirá mais qualquer efeito.

O eclodir do conflito na Ucrânia e as perturbações daí resultantes tiveram impacto no desenvolvimento das atividades da empresa em dois planos, pela perturbação nos preços das matérias-primas que compõem os materiais dos projetos de eletricidade e, sobretudo, pela sua menor disponibilidade e entrega atempada e proveniente da Ucrânia e Turquia como é o caso das estruturas metálicas. A continuada e recentemente alterada política de confinamento das autoridades chinesas e o seu impacto na produção industrial e exportação tiveram impacto nos prazos de entrega de materiais elétricos para os projetos em Moçambique e consequente grau de execução dos mesmos.

A conjugação de eventos atrás indicada condicionou a obtenção dos resultados pretendidos e acabou por conduzir a um exercício negativo e insatisfatório.

A Seth tem como missão, dentro do Grupo de que faz parte, o desenvolvimento de negócios nos mercados Português, da Europa Mediterrânica e da África Subsaariana tendo como princípios de atuação as cinco áreas estratégicas para a sustentabilidade definidas pelo Grupo. A **Sustentabilidade** das operações e dos projetos em que participamos, com especial ênfase na redução das emissões de carbono pela procura de equipamentos e métodos mais eficientes e pela obtenção de certificações que atestam a crescente incorporação de materiais reciclados e princípios de economia circular. A **Inovação** através da colaboração com os clientes no desenvolvimento de soluções construtivas, menos intrusivas e mais eficientes baseadas em recurso a pré-fabricação e construção modular *off-site*. **Processos**, promovendo a constante revisão dos mesmos por forma a encontrar as melhores soluções digitais que o desenvolvimento tecnológico disponibiliza para tornar mais eficientes as operações de que são exemplos a utilização de plataformas eletrónicas de partilha de informação e de colaboração entre todos os trabalhadores, a utilização de

representação tridimensional dos projetos para execução e racionalização de materiais a incorporar e a formação de decisores em metodologias *Lean* na condução das atividades. A **Colaboração**, através da participação em projetos de conceção e construção, como é hábito na atividade de infraestruturas elétricas ou de engenharia de soluções que caracteriza a nossa atividade em obras marítimas, formas de atuar em que o envolvimento com os clientes e com outras unidades do Grupo são essenciais. E nos **Trabalhadores**, através da constante preocupação e aposta no criar e melhorar as condições de segurança para o desempenho das suas funções, independentemente da realidade geográfica, criando padrões uniformes de atuação e apostando na constante formação e aperfeiçoamento de competências de todos. Uma mais completa e detalhada informação da implementação destes princípios e dos seus resultados pode ser obtida pela consulta do relatório de responsabilidade social que a empresa de forma autónoma publica.

O ano de 2022 foi um ano difícil, caracterizado essencialmente pela execução tardia da carteira de trabalhos contratada em 2021 e pela dificuldade de obtenção de novas encomendas que, apenas no segundo semestre, deu mostras de dinâmica e consequente obtenção de novos trabalhos embora sem impacto no volume de negócios reconhecido no ano.

As operações em África continuaram a ter o maior contributo para os proveitos do ano foi aquele em que se obteve a maior parte dos proveitos do exercício, representando 62% do total, sendo o mercado de Moçambique o mais importante respondendo por 32% da atividade.

O mercado português de infraestruturas continuou a oferecer poucas oportunidades, tendo sido executados diversos projetos no domínio do abastecimento de águas, sendo o total da atividade em Portugal continental e Açores responsável por 38% dos proveitos.

Durante o ano foram desenvolvidos trabalhos nos mercados externos em Moçambique, Angola e Cabo Verde. A área de Transmissão de Energia, centrada no mercado de Moçambique, respondeu por 32% do volume de negócios. Na área das infraestruturas, foram executados trabalhos de construção em Portugal continental e Açores, Angola e Cabo Verde.

A implementação do PRR em Portugal, cujo atraso começa a transmitir algumas preocupações, fará surgir, durante o primeiro semestre de 2023, uma enorme solicitação por parte das entidades públicas que colocará uma grande pressão no mercado e na capacidade de resposta das empresas, sendo expectável um aumento dos preços e uma redução da concorrência uma vez que as empresas terão de ser seletivas nas suas escolhas já que não terão capacidade de resposta para todas as oportunidades. Apesar da imprevisibilidade sobre o rumo da guerra na Europa, a sua continuidade parece ter sido interiorizada pelos mercados pelo que, o retomar de decisões de investimento na área residencial turística, deverá permitir assegurar algumas adjudicações. A conjugação das situações descritas deverá conduzir ao consequente aumento do peso do mercado interno no volume global de negócios e ao aumento global deste.

O mercado de Moçambique continuará, no exterior, a ser o mais relevante em termos de atividade, atenta a carteira de encomendas obtida em anos anteriores e as concretizadas no último trimestre de 2022. Quanto ao mercado de Angola antecipa-se que no segundo semestre do ano se venham a concretizar em adjudicações alguns projetos de significativa dimensão no domínio das infraestruturas hidráulicas e elétricas que se têm vindo a trabalhar baseado em modelos de *EPC+Finance*. A par destas, outras continuarão em execução tais como os projetos de dragagens na província de Cabinda.

Das obras de maior relevância em execução que transitam para 2023 salientamos:

- Reabilitação/Reforço Ponte Cais Tanquisado, Setúbal
Dono de Obra: Tanquisado S.A.
- Estações de Carregamentos de Navios Eléctricos, Lisboa
Dono de Obra: Transtejo S.A.
- PERIP Lote 4 - Eletrificação, Maputo
Dono de Obra: E.D.M. (Moçambique)
- STIP Lote D-110kV, Dondo/Beira, Sofala
Dono de Obra: E.D.M. (Moçambique)
- PCIREP-Linhas 66/110Kv - Beira, Sofala
Dono de Obra: E.D.M. (Moçambique)
- Dragagens do Terminal Ferry Quebra-mar e Cais Porto de Cabinda
Dono de obra: IMPA, Instituto Marítimo Portuário Angola (Angola)
- Dragagens Base Malongo, Cabinda
Dono de Obra: Chevron (Angola)

SUCURSAIS, SUBSIDIÁRIAS E AGRUPAMENTOS

SUCURSAIS

Seth ARGÉLIA

As operações neste mercado foram terminadas, pelo que a sucursal se mantém apenas ativa para cumprimento de obrigações legais.

Seth MOÇAMBIQUE

Continuou a ser o principal mercado da empresa, estando a atividade concentrada em trabalhos de eletrificação rural e transmissão de energia. Durante o exercício, executaram-se trabalhos nas províncias de Inhambane, Maputo, Nampula, Sofala e Zambézia.

Seth CABO VERDE

Os trabalhos de extensão e modernização do Porto Inglês na Ilha do Maio, tiveram o seu *términus* no último trimestre do ano. Os trabalhos foram executados pelo consórcio, de que a Seth faz parte (33%). Não se perspetivam novos trabalhos pelo que a atividade em 2023 se deverá confinar à desmobilização dos meios afetos ao trabalho realizado.

SUBSIDIÁRIAS

SETHANGOLA, S.A.

Os trabalhos de construção do Terminal Ferry, Cais e Quebra-mar em Cabinda para o IMPA, em consórcio com a Seth S.A. e a Mota-Engil Angola, como subcontratados da empresa chinesa CGGC, terão o seu *términus* no primeiro trimestre de 2023. Prosseguem, ainda, os trabalhos

adicionais de dragagem já contratualizados com o Estado Angolano e aprovados por Decreto Presidencial de acordo com a lei dos projetos considerados prioritários. Os trabalhos serão concluídos no segundo trimestre de 2023. A Seth S.A., controla 60% da sociedade.

SETHMOZ, S.A.

A empresa não desenvolveu atividade significativa durante o ano de 2022.

A sociedade é detida a 100% pela Seth.

AGRUPAMENTOS

CAIS DE CRUZEIROS, 2ª FASE ACE

O ACE foi constituído para a execução da Empreitada de Reabilitação e Reforço do Cais entre Santa Apolónia e o Jardim do Tabaco, 2.ª Fase. Os trabalhos foram concluídos em 2011. O litígio pendente com o cliente terminou com a celebração de um acordo que pôs termo a todas as disputas. O ACE encontra-se liquidado.

AARSLEFF-SETH JV I/S

O consórcio (*Joint-venture*) constituído pela Seth e pela construtora dinamarquesa Per Aarsleff a/s foi constituído para os trabalhos de execução do contrato *Reinforcement and Extension of the National Power Transmission Grid (MixCredit)* para o cliente Electricidade de Moçambique.

A Joint-venture tem sede em Aabyhoej na Dinamarca e em 2013, ano da sua constituição, foi criada sucursal em Moçambique. A participação de cada empresa na Joint-venture é de 50%. Todos os trabalhos foram concluídos bem como o respetivo período de garantia, estando em curso a regularização final de pagamentos por parte do cliente.

A estrutura do consórcio é mínima prevendo-se o seu encerramento no decurso de 2023.

CMM/SETH ACE

O agrupamento tem como objetivo a realização de obras na Base das Lajes, Açores destinadas à Marinha e Força Aérea dos Estados Unidos da América.

Prosseguiu, durante o ano, o trabalho de reconversão de um edifício denominado T-715 que viu o âmbito e o montante do contrato acrescidos por acordo com o cliente. Foi adjudicado no último trimestre de 2022 um contrato para a adaptação de um edifício de bombagem que será executado durante 2023.

A participação da Seth no agrupamento é de 50%.

QUALIDADE AMBIENTE E SEGURANÇA - QAS

A empresa implementa de forma sistemática o seu sistema de gestão QAS e no âmbito do acompanhamento da Certificação do Sistema de Gestão Integrado de Qualidade Ambiente e Segurança (SGIQAS) realizaram-se auditorias externas, pela entidade certificadora LUSO AENOR. Tratou-se assim de auditoria de acompanhamento dos três sistemas (qualidade, ambiente e segurança).

Desta forma, a auditoria aos Sistemas de Gestão QAS focalizou-se na verificação da documentação geral dos Sistemas e na deslocação às instalações e obras da empresa, sendo efetuado o acompanhamento dos sistemas

Qualidade, Ambiente e Segurança. No relatório da auditoria foram registadas as conclusões pela entidade certificadora, não tendo sido identificadas não conformidades, o que mantém em conformidade os sistemas de Qualidade Ambiente e Segurança. Foram registadas duas observações e duas oportunidades de melhoria, e, como habitual, foram incluídas no plano de ações do sistema. As conclusões da auditoria foram, mais uma vez, bastante positivas. Como pontos fortes observados na auditoria, a equipa auditora destacou:

- Abertura e competência técnica dos colaboradores auditados;
- Organização do estaleiro;
- Empenho e motivação da equipa de trabalho e das áreas envolvidas;
- Motivação dos colaboradores contactados e o seu envolvimento na melhoria dos Sistemas implementados;
- Disponibilidade e postura construtiva demonstradas por todos os colaboradores contactados no decurso da auditoria, com disponibilidade para correções no decorrer da mesma;
- Organização da documentação da Obra auditada;
- Informação disponibilizada nos *dashboard* da obra e da revisão de gestão;
- Comunicação através das *Toolboxtalk – conversas de segurança*;
- Controlo financeiro das obras durante a sua execução e controlo de obras em fase de garantia.

Um fator determinante para a obtenção deste resultado, bem como a identificação dos pontos fortes, foi o resultado do trabalho, contributo e cooperação de todos os envolvidos ao longo dos anos na implementação, atualização e manutenção do sistema QAS da empresa.

Por forma a garantir a objetividade e imparcialidade na avaliação interna dos Sistemas, as Auditorias Internas Globais ao Sistema de Gestão de Qualidade Ambiente e Segurança continuaram, em 2022, a serem realizadas por empresa externa especializada, com uma frequência mínima anual.

Durante o ano reforçaram-se as ações de formação e os meios destinados à prevenção, essencialmente, os respeitantes às proteções coletivas e aos equipamentos de trabalho de grande porte. A formação tem abrangido os trabalhadores da Seth e subempreiteiros, aumentando, assim, a cultura de segurança nas nossas obras.

Considerando uma visão integrada das atividades que desenvolvemos e do impacto resultante das mesmas, trabalhamos diariamente para melhorar o nosso Desempenho nas três áreas Qualidade, Ambiente e Segurança (QAS) através da aposta na melhoria contínua, em inovação, da dedicação dos nossos colaboradores e de um relacionamento mais próximo com fornecedores, clientes e comunidade.

Índices de Sinistralidade de 2022

As estatísticas dos acidentes de trabalho constituem indicadores indispensáveis, tendo em vista uma atuação conveniente das diferentes partes envolvidas na problemática da Higiene e Segurança no Trabalho.

O conhecimento das estatísticas dos acidentes de trabalho permite uma determinação mais correta dos riscos profissionais inerentes à atividade desenvolvida pela empresa e a escolha das formas mais corretas de os combater.

Para que este objetivo seja alcançado dever-se-á conhecer a causa e a forma dos acidentes, bem como a lesão mais frequente e a parte do corpo mais atingida.

Para dar cumprimento legal ao Decreto-lei n.º 26/94, ratificado pelo Decreto-Lei n.º 109/2000 de 30 de junho, as estatísticas dos acidentes são realizadas mensalmente.

Os trabalhadores são informados das estatísticas dos acidentes, no sentido de se aumentar a sua consciencialização para os riscos, bem como das análises decorridas dos mesmos. São apresentadas de forma simples e resumidas as análises e os dados estatísticos de forma sugestiva, nomeadamente em ações de sensibilização, placares informativos e disponibilizados na plataforma *Yammer*.

Ocorreram durante o ano de 2022 seis acidentes (3 sem baixa e 3 com baixa).

Os valores registados para os Índices de Sinistralidade de 2022 foram de 13,75 no Índice de Frequência - IF e 0,49 no Índice de Gravidade - IG. De referir que ambos os índices de Frequência e Gravidade se encontram na classe qualitativa de Muito Bom (segundo os parâmetros OIT).

INDICADORES ECONÓMICOS – FINANCEIROS

Em 2022, o volume de negócios totalizou Euros 32 032 685, valor inferior em 9,5% face ao ano anterior.

O EBIT registado foi de Euros -1 029 212.

O Resultado Líquido cifrou-se em Euros -2 356 652 e a parte atribuída aos detentores do capital da empresa-mãe correspondeu a Euros -2 224 854.

O Capital Próprio da empresa era, no final do período, de Euros 12 288 090 e o montante atribuído a Interesses Minoritários de Euros 98 406.

No final do ano, a carteira de encomendas ascendia a Euros 27 milhões.

APLICAÇÕES DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que os resultados sejam aplicados em Resultados Transitados.

ANTEVISÃO 2022 E EVENTOS APÓS O FIM DO EXERCÍCIO

As encomendas recebidas no final de 2022 e as intenções de adjudicação recebidas no primeiro mês do ano de 2023 permitem antecipar um volume de negócios de aproximadamente Euros 50 milhões e um EBIT de 2,5% para 2023.

Queijas, 15 de fevereiro de 2023

O Conselho de Administração

Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)

Sofia Mendes

Carsten Lund

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2022

Unidade Monetária: EURO

		Datas	
RUBRICAS	Notas	31-12-2022	31-12-2021
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	4 549 954	5 213 387
Créditos a receber	9	794 937	759 537
		5 344 890	5 972 925
Activo corrente			
Inventários	8	424 135	194 061
Clientes	9	8 500 530	7 365 652
Estado e outros entes públicos	10	1 159 170	1 040 683
Outros créditos a receber	11	15 134 814	15 692 649
Diferimentos	12	153 943	190 287
Caixa e depósitos bancários	4	2 689 066	1 741 494
		28 061 659	26 224 826
Total do activo		33 406 549	32 197 751
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito	13	4 000 000	4 000 000
Outros instrumentos de capital próprio	15	4 000 000	
Reservas legais	14	801 069	801 069
Outras reservas	16	197 542	197 542
Resultados transitados	17	6 287 091	5 883 794
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	18	(640 960)	(677 167)
Resultado Líquido		(2 356 652)	401 706
Total Capital Próprio Atribuído aos Accionistas		12 288 090	10 606 943
Interesses Minoritários	36	98 406	3 249
Total Capital Próprio		12 386 495	10 610 192
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	19	0	140 923
Financiamentos obtidos	20	301 916	5 024 445
		301 916	5 165 368
Passivo corrente			
Fornecedores	22	5 906 554	4 025 498
Adiantamentos de clientes	23	4 153 617	2 278 746
Estado e outros entes públicos	10	315 185	397 984
Financiamentos obtidos	20	6 343 817	7 016 469
Outras dívidas a pagar	21	2 682 015	2 193 443
Diferimentos	12	1 316 950	510 051
		20 718 138	16 422 191
Total do passivo		21 020 054	21 587 559
Total do capital próprio e do passivo		33 406 549	32 197 751

O Conselho de Administração
Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
Sofia Mendes
Carsten Lund

A Contabilista Certificada
Bárbara Themudo

Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio (2022)

Unidade Monetária: EURO

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe								Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Outros investimentos de capital próprio	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	1 2.4	4 000 000	-	801 069	197 542	6 884 004	(1 156 213)	(959 852)	9 766 551	(83 406)	9 683 145
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						(40 359)	479 046		438 687	28 912	467 599
	2	-	-	-	-	(40 359)	479 046	-	438 687	28 912	467 599
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								401 706	401 706	57 743	459 449
RESULTADO INTEGRAL								401 706	840 392	57 743	898 135
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											
Distribuições									-		-
Outras operações						(959 852)		959 852	-		-
	5	-	-	-	-	(959 852)	-	959 852	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	6 = 1+2+3+5	4 000 000		801 069	197 542	5 883 793	(677 167)	401 706	10 606 943	3 249	10 610 192
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	6 2.4	4 000 000		801 069	197 542	5 883 793	(677 167)	401 706	10 606 943	3 249	10 610 192
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						1 592	36 207		37 799	(36 642)	1 157
	7	-		-	-	1 592	36 207	-	37 799	(36 642)	1 157
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								(2 356 652)	(2 356 652)	131 798	(2 224 854)
RESULTADO INTEGRAL								(2 356 652)	(2 356 652)	131 798	(2 187 055)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											
Outras operações			4 000 000			401 706		(401 706)	4 000 000		4 000 000
	10	-	4 000 000	-	-	401 706	-	(401 706)	4 000 000	-	4 000 000
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	6+7+8+10	4 000 000	4 000 000	801 069	197 542	6 287 091	(640 960)	(2 356 652)	12 288 089	98 406	12 386 495

O Conselho de Administração
Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
Sofia Mendes
Carsten Lund

A Contabilista Certificada
Bárbara Themudo

Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		31-12-2022	31-12-2021
Vendas e serviços prestados	24	32 032 685	35 402 417
Subsídios à exploração	25	3 840	11 519
Trabalhos para a própria entidade	26	5 787	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	27	(8 263 301)	(14 625 858)
Fornecimentos e serviços externos	28	(18 512 382)	(13 121 216)
Gastos com pessoal	29	(7 308 022)	(7 336 019)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	30	(345)	(490)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9/11	(1 553)	(30 571)
Provisões (aumentos/reduções)	19	20 258	270 000
Outros rendimentos	31	3 493 711	2 472 939
Outros gastos	32	(2 499 889)	(1 343 079)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(1 029 212)	1 699 641
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(918 873)	(997 547)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(1 948 085)	702 093
Juros e rendimentos similares obtidos	33	7 786	2 607
Juros e gastos similares suportados	34	(222 229)	(145 870)
Resultado antes de impostos		(2 162 528)	558 831
Imposto sobre o rendimento do período	7	(62 326)	(99 382)
Resultado Líquido do período		(2 224 854)	459 449
Resultado líquido do período atribuível a:	35		
Detentores do capital da empresa-mãe		(2 356 652)	401 706
Interesses minoritários		131 798	57 743
Resultado por acção básico		(0,56)	0,11

O Conselho de Administração
Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
Sofia Mendes
Carsten Lund

A Contabilista Certificada
Bárbara Themudo

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA

(PERÍODO FINDO EM 31 de Dezembro de 2022)

Unidade Monetária: EURO

Rubricas	Notas	Período 31 Dez 2022	Período 31 Dez 2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais	4		
Recebimentos de clientes		32 633 616	35 302 504
Pagamentos a fornecedores		(24 437 078)	(26 497 982)
Pagamentos ao pessoal		(7 265 737)	(7 257 858)
Caixa gerada pelas operações		930 801	1 546 664
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(345 391)	97 697
Outros recebimentos/pagamentos		1 977 762	(3 349 211)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		2 563 172	(1 704 850)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(309 019)	(1 093 439)
Investimentos Financeiros		(148 181)	(125 905)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		457 824	8 900
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		623	(1 210 444)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		3 368 048	3 101 498
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(4 763 027)	(1 545 107)
Juros e gastos similares		(221 243)	(145 710)
Dividendos		-	(37 567)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		1 616 222	1 373 114
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		947 573	(1 542 181)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 741 494	3 283 675
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 689 066	1 741 494

O Conselho de Administração
Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
Sofia Mendes
Carsten Lund

A Contabilista Certificada
Bárbara Themudo

Anexo

1 Identificação da entidade

A Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A. (“SETH” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima com sede social na Av. Tomás Ribeiro, 145 em Queijas, tendo sido constituída em 17/03/1933 e tem por principal atividade Engenharia e Construção Civil.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço consolidado, a demonstração dos resultados por naturezas consolidada, a demonstração das alterações no capital próprio consolidada, a demonstração dos fluxos de caixa consolidada e o anexo consolidado, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa, no dia 15 de fevereiro de 2023.

A Empresa é detida maioritariamente pela MT Højgaard International a/s, com sede social na Dinamarca.

As Demonstrações Financeiras da empresa mãe podem ser consultadas no site www.mth.com.

Nos termos do art.º 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

2 Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 As demonstrações financeiras consolidadas da SETH foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) – Aviso n.º 8256/2015, Normas Interpretativas (NI) – Aviso n.º 8258/2015 e Estrutura Conceptual – Aviso n.º 8254/2015.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2022 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de dezembro de 2021.

Estas Demonstrações Financeiras consolidadas são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As empresas incluídas na consolidação:

Subsidiárias

SethAngola, S.A.

Av. Comandante Valódia, n.º 5, 6.º - apt 61, Kinaxixi – Luanda – ANGOLA

Parte de capital detido pela SETH – 60%

SethMoz – Construção, Engenharia & Obras Públicas, S.A.

Praça dos Trabalhadores, n.º 50, 5.º andar – Maputo - MOÇAMBIQUE

Parte de capital detido pela SETH – 100%

Empreendimentos Conjuntos

Cais de Cruzeiros – 2ª Fase, ACE

Rua da Tapada da Quinta de Cima, Linhó, 2714-555 Sintra

Parte de capital detido pela SETH - 37,5%

Aarsleff – SETH JV I/S

Lokesvej 15, DK8230 Aabyhøj - DINAMARCA

Parte de capital detido pela SETH - 50,00%

CMM/SETH, ACE

Rua do Hospital, s/n, Santa Rita, PRAIA DA VITÓRIA

Parte de capital detido pela SETH - 50,00%

2.2 Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico ou do justo valor.

Adicionalmente, as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais

estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras, na Nota 3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro e na Nota 3.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) *Princípios de consolidação*

Datas de referência

As demonstrações financeiras consolidadas refletem os ativos, passivos e resultados do Grupo, relativamente aos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Participações financeiras em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a SETH exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando a Empresa detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a SETH detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento no qual a SETH assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível à SETH na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos da SETH até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras das subsidiárias da SETH são preparadas na sua moeda funcional. As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em euros, que é a moeda funcional da SETH.

As demonstrações financeiras das empresas cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os rendimentos e gastos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transações;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração

de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transações eliminados na consolidação

Os saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transações com entidades associadas são eliminados na proporção da participação da SETH nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

Entidades conjuntamente controladas

As entidades conjuntamente controladas, são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial ou através da aplicação do método de consolidação proporcional desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse e são entidades em que a Empresa tem controlo conjunto definido por acordo contratual.

b) *Activos fixos tangíveis*

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as NCRF a Empresa decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo. O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente quanto à imparidade.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados (a não ser que o ativo esteja escriturado pela quantia revalorizada, caso em que é tratado como acréscimo de revalorização) e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinado caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	8-50
Equipamento básico	3-16
Equipamento de transporte	4-10
Equipamento administrativo	3-10
Equipamentos biológicos	-
Outros activos fixos tangíveis	5-12

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

c) Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Locações operacionais

Os pagamentos/recebimentos efetuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos diretos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como ativo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

d) Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável do Grupo e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) do Grupo, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede do Grupo. O Grupo encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 21% sobre a matéria coletável. A tributação é acrescida de Derrama Municipal de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de 22,5% (incluir a Derrama Municipal relevante que pode ir até 1,5%). Adicionalmente, o lucro tributável que exceda os € 1.500.000 são sujeitos a Derrama estadual às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre € 1.500.000 e € 7.500.000;
- 5% para lucros tributáveis entre € 7.500.000 e € 35.000.000;
- 9% para lucros tributáveis superiores a € 35.000.000.

Imposto sobre o rendimento - diferidos

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto financeiro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2017 é de 5 anos, sendo que a contagem do prazo de reporte dos prejuízos fiscais vigentes no primeiro dia do período de tributação de 2020, fica suspensa durante os anos de 2020 e 2021. Para os exercícios de 2020 a 2021 o prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis é de doze anos de tributação, para os exercícios posteriores deixa de existir limite temporal à dedução.

Adicionalmente, a dedução de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, independentemente do período de tributação em que tenham sido apurados. O referido limite é aumentado para 80% relativamente aos prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, o Grupo procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que o Grupo:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Nos termos da legislação em vigor nas diversas jurisdições em que as empresas englobadas na consolidação desenvolvem a sua atividade, as correspondentes declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre 4 e 5 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas.

e) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

O Grupo reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

f) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da

taxa de juro efetiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

g) Activos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata na sua condição atual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

O Grupo também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata na sua condição atual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, os ativos não correntes detidos para venda e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

h) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

i) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação.

Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Quando um ganho ou uma perda num item não monetário é reconhecido diretamente no capital próprio, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida diretamente no capital próprio. Quando um ganho ou uma perda com um item

não monetário é reconhecido nos resultados, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida nos resultados.

As taxas de câmbio utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são analisadas como segue:

		Taxas em Dezembro 2022	Taxas em Dezembro 2021
Moeda		Câmbio Fecho	Câmbio Fecho
Dólar dos Estados Unidos	USD	1,0666	1,1326
Libra Esterlina	GBP	0,88693	0,84028
Coroa Sueca	SEK	11,1218	10,2503
Kuanza	AKZ	537,5664	635,751
Escudo de Cabo Verde	CVE	110,265	110,265
Rand Sul-Africano	ZAF	18,0986	
Metical de Moçambique	MZN	67,45	71,58

j) Provisões

O reconhecimento de provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

São reconhecidas provisões quando:

O Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;

É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,

É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,

É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

k) Provisões para contratos onerosos

O Grupo reconhece uma provisão para contratos onerosos sempre que os custos não evitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios económicos que se espera sejam recebidos ao abrigo do mesmo.

l) Ativos e passivos contingentes

Um ativo ou passivo contingente é um possível ativo ou passivo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

O Grupo não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

m) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou

recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros Ativos ou Passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

n) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O rédito da empresa resulta essencialmente da prestação de serviços de construção que se enquadra na NCRF 19 – Contratos de construção e na venda de bens.

Nos termos da NCRF 19, quando o desfecho de um contrato de construção puder ser fiavelmente estimado, o rédito do contrato e os custos do contrato associados ao contrato de construção devem ser reconhecidos como rédito e gastos respetivamente com referência à fase de acabamento da atividade do contrato à data do balanço. Uma perda esperada no contrato de construção deve ser reconhecida imediatamente como um gasto.

O desfecho de um contrato de construção pode ser fiavelmente estimado quando estiverem satisfeitas todas as condições seguintes:

- O rédito do contrato possa ser mensurado fiavelmente;
- Seja provável que os benefícios económicos associados ao contrato fluirão para a entidade;
- Tanto os custos do contrato para o acabar como a fase de acabamento do contrato na data do balanço possam ser fiavelmente mensurados; e
- Os custos de contrato atribuíveis ao contrato possam ser claramente identificados e fiavelmente mensurados de forma que os custos reais do contrato incorridos possam ser comparados com estimativas anteriores.

Quando o desfecho de um contrato de construção não possa ser estimado fiavelmente:

- O rédito somente deve ser reconhecido até ao ponto em que seja provável que os custos do contrato incorridos serão recuperáveis; e
- Os custos do contrato devem ser reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido

quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- O Grupo tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- O Grupo não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

A fase de acabamento do contrato é determinada com base na proporção dos custos incorridos no trabalho executado até à data do relato com os custos estimados totais do contrato. Os pagamentos progressivos e os adiantamentos recebidos dos clientes não refletem trabalho executado pelo que não são considerados no reconhecimento do rédito.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

o) Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas antes de os financiamentos serem utilizados, e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados que diga respeito a diferenças cambiais associadas aos financiamentos e contratos de swap ou outros derivados inerentes a coberturas de risco associadas aos financiamentos contraídos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo pelo método do custo amortizado.

Os juros de aplicações financeiras e outros rendimentos de investimentos efetuados são reconhecidos, na demonstração dos resultados em outros rendimentos e ganhos.

p) Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 15 de fevereiro de 2023, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 38.

q) Instrumentos financeiros

O Grupo reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um instrumento financeiro é classificado como um

passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os custos iniciais não incluem os custos de transação dos ativos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

O Grupo mensura os seus ativos e passivos financeiros em cada data de relato ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

O Grupo mensura os instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade quando satisfazem as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante;
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

r) Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

s) Contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro, cambial e risco de preço resultante da sua atividade operacional e de financiamento. Os derivados que não se qualificam como de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pela Empresa. Uma relação de cobertura existe quando:

- À data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade;
- A cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período de relato financeiro;

Em relação à cobertura de uma transação prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afetar os resultados.

Cobertura de risco de taxa de juro fixa ou de risco de preços de mercadorias para mercadorias detidas

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do risco coberto do ativo, passivo ou grupo de ativos e passivos. Se a relação de cobertura deixar de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura e o instrumento coberto não for desreconhecido, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados até à maturidade do item coberto utilizando o método da taxa de juro original efetiva.

Efetividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, tem de ser demonstrada a sua efetividade. Assim, o Grupo executa testes prospetivos na data de início da relação de cobertura e testes prospetivos e retrospectivos em cada data de balanço, de modo a demonstrar a sua efetividade mostrando que as alterações no justo valor do instrumento coberto são compensadas por alterações no justo valor do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

3.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Grupo, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Provisões

O reconhecimento de provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo do Grupo pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pelo Grupo da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Grupo, durante um período de quatro anos. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Grupo, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento dos ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projeções do Grupo, que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros.

Vida útil dos activos fixos tangíveis

A vida útil corresponde ao período durante o qual a empresa espera que o ativo esteja disponível para uso. As vidas úteis estimadas apresentadas na nota 3.2 foram determinadas considerando os seguintes fatores:

- Uso esperado do ativo;
- Desgaste normal esperado do ativo considerando níveis de atividade e programa de reparação e manutenção;
- Obsolescência técnica ou comercial proveniente de alterações ou melhoramentos na produção ou de uma alteração na procura de mercado para o serviço ou produto derivado do ativo e,
- Limites legais ou semelhantes no uso do ativo.

A vida útil do ativo é, assim, uma questão de juízo de valor baseada na experiência da empresa. O Conselho de Administração considera que as vidas úteis consideradas são as que melhor refletem a utilidade esperada do ativo.

Estimativa de custos totais de contrato

O rédito dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecido com referência à fase de acabamento da atividade do contrato à data de balanço. Na determinação da fase de acabamento do contrato são consideradas estimativas de custos totais de contrato. Estas estimativas de custos totais de contrato são apuradas com base no sistema de orçamentação do Departamento de Produção que identifica e valoriza as atividades a executar ao longo do projeto e provocam alterações na aferição da fase de acabamento do contrato à data de balanço e consequentemente no montante do rédito do contrato a reconhecer.

O Conselho de Administração revê as estimativas dos custos totais de contrato em cada data de relato e considera que, com base no sistema de orçamentação e acompanhamento da execução de projetos e na sua experiência, estas refletem de forma apropriada e provavelmente o desfecho dos contratos à data de balanço.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão do Grupo situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade do Grupo. Em 31 de Dezembro de 2022, a carteira de obras totalizava cerca de Euros 27 milhões.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4 Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

4.1 A 31 de Dezembro de 2022 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

4.2 A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2022	31-12-2021
Caixa		
Caixa Sede	410	579
Caixa Obras	11 336	8 782
Caixa Sucursais	59 691	51 167
Caixa ACEs / Subsidiárias	9 109	8 114
	80 546	68 641
Depósitos à ordem		
Bancos Sede	1 150 739	61 735
Bancos Sucursais	572 397	1 012 171
Bancos ACEs / subsidiárias	885 384	598 947
	2 608 520	1 672 852
	-	-
Total:	2 689 066	1 741 494

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período a Empresa não procedeu a alterações nas políticas contabilísticas ou nas estimativas contabilísticas nem registou correções por erros.

6 Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2022	31-12-2021
Valor Bruto		
Terrenos e recursos naturais	1 074 621	1 074 621
Edifícios e outras construções	3 415 000	3 415 000
Equipamento básico	12 520 194	13 551 513
Equipamento de transporte	2 570 297	2 723 342
Equipamento administrativo	1 570 206	1 647 797
Outros activos fixos tangíveis	95 447	111 349
	21 245 766	22 523 623
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	(918 873)	(997 547)
Alienações do período	1 533 296	44 200
Depreciação acumulada de períodos anteriores	(17 310 235)	(16 356 888)
	(16 695 812)	(17 310 235)
Valor líquido contabilístico:	4 549 954	5 213 387

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2022 são analisados como segue:

Descrição	(valores em euros)			
	Saldo inicial	Adições	Alienações	Saldo final
Valor bruto				
Terrenos e recursos naturais	1 074 621			1 074 621
Edifícios e outras construções	3 415 000			3 415 000
Equipamento básico	13 551 513	267 645	(1 298 964)	12 520 194
Equipamento de transporte	2 723 342	24 450	(177 495)	2 570 297
Equipamento administrativo	1 647 797	7 885	(85 475)	1 570 206
Outros activos fixos tangíveis	111 349		(15 902)	95 447
	22 523 622	299 980	(1 577 836)	21 245 766
Depreciação acumulada e imparidade				
Edifícios e outras construções	(1 991 330)	(77 113)		(2 068 443)
Equipamento básico	(11 518 519)	(659 705)	1 249 864	(10 928 360)
Equipamento de transporte	(2 162 994)	(152 007)	201 091	(2 113 910)
Equipamento administrativo	(1 552 658)	(27 542)	78 911	(1 530 911)
Outros activos fixos tangíveis	(55 112)	(2 505)	3 430	(54 187)
	(17 310 235)	(918 873)	1 533 297	(16 695 812)
Valor líquido contabilístico:	5 213 387			4 549 954

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano 2021 são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Alienações	Saldo final
Valor bruto				
Terrenos e recursos naturais	1 074 621			1 074 621
Edifícios e outras construções	3 404 797	10 203		3 415 000
Equipamento básico	12 890 506	704 407	(43 400)	13 551 513
Equipamento de transporte	2 571 072	153 070	(800)	2 723 342
Equipamento administrativo	1 612 675	35 122		1 647 797
Outros activos fixos tangíveis	80 962	30 387		111 349
	21 634 633	933 189	(44 200)	22 253 622
Depreciação acumulada e imparidade				
Edifícios e outras construções	(1 913 054)	(78 276)		(1 991 330)
Equipamento básico	(10 809 415)	(752 505)	43 400	(11 518 519)
Equipamento de transporte	(2 028 685)	(135 109)	800	(2 162 994)
Equipamento administrativo	(1 552 658)	(29 622)		(1 582 280)
Outros activos fixos tangíveis	(53 076)	(2 036)		(55 112)
	(16 356 887)	(997 548)	44 200	(17 310 235)
Valor líquido contabilístico:	5 277 746			5 213 387

As principais adições do período de 2022 referem-se à aquisição de equipamento básico, sendo o mais significativo a máquina Perfuradora Klemm e estacas-prancha.

Do ativo fixo tangível constante neste quadro, encontra-se mobilizado em Angola diverso equipamento com o valor de Euros 1.649.788,95 e em Cabo Verde com o valor de Euros 2.467.812,52.

O montante registado na rubrica de alienações deve-se essencialmente à alienação de 2 guas e de 2 viaturas.

À data de 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor dos ativos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Rubrica	31-12-2022			31-12-2021		
	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido
Equipamento básico	130 000	(17 329)	112 671	375 000	(62 475)	312 525
Equipamento de transporte	33 500	(18 147)	15 353	33 500	(9 772)	23 728
Total:	163 500	(35 476)	128 024	408 500	(72 247)	336 253

O total dos pagamentos futuros mínimos apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2022			31-12-2021		
	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas
Menos de um ano	60 034	1 395	61 429	18 763	199	18 963
Entre um e cinco anos	24 138	159	24 297	9 215	52	9 267
Mais de cinco anos						
Total:	84 172	1554	85 726	27 979	251	28 230

7 Impostos sobre o rendimento

Os principais componentes de gastos/rendimentos de impostos apresentam-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	2022	2021
Imposto corrente	(62 326)	(99 382)
	(62 326)	(99 382)

O Grupo não tem impostos diferidos ativos.

A taxa efectiva de imposto apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	2022	2021
Resultados antes de impostos	(2 162 528)	558 831
Taxa nominal de imposto	22,5%	22,5%
Imposto esperado	(486 569)	125 737
Diferenças entre resultado contabilístico e fiscal		
Método de equivalência patrimonial	(365 735)	(208 794)
Lucro fiscal imputado por ACE	220 617	72 261
Outras	764 464	241 794
Interesses Minoritários	(131 798)	(57 743)
Lucro tributável/ (Prejuízo fiscal)	(1 674 980)	606 349
Imposto calculado	(351 746)	127 333
Ajustamentos à colecta	25 915	33 289
Diferenças de taxa de imposto - Sucursais	6 010	18 415
Imposto sobre o rendimento do exercício - a pagar/ (a receber)	6 536	52 422
Imposto corrente - gasto/ (rendimento)	62 326	99 382
	62 326	99 382
Taxa efectiva de imposto	-2,9%	17,8%

As diferenças permanentes referem-se a acréscimos e deduções à matéria coletável enquanto os ajustamentos à coleta respeitam a deduções à coleta, de acordo com as regras fiscais vigentes à data de balanço.

8 Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2022	31-12-2021
Valor Bruto		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	424 135	194 061
Valor líquido contabilístico:	424 135	194 061

A variação da rubrica inventários resulta essencialmente de mercadorias em trânsito da nossa Sucursal de Moçambique registadas nesta rubrica.

Durante o período foram reconhecidos como Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas um total de Euros 8.263.301 (2021: Euros 14.625.858), conforme nota 27.

9 Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2022	31-12-2021
Valor Bruto		
Clientes c/c		
Gerais	9 133 715	7 997 283
Empresas subsidiárias		
	9 133 715	7 997 283
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	(1 553)	(30 571)
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(631 631)	(601 060)
	(633 185)	(631 631)
Valor líquido contabilístico:	8 500 530	7 365 652

Na rubrica de Créditos a Receber – Não Corrente, é apresentado a 31 de Dezembro de 2022 um saldo que ascende a Euros 794.937 (2021: Euros 759.537) referente a retenções de garantia de clientes título de garantia contratual; cerca de 80% do saldo é referente à retenção de garantia do cliente da Sucursal de Cabo Verde.

Esta rubrica compreende retenções efetuadas pelos clientes a título de garantia contratual cujo prazo de libertação das garantias se situa entre 1 a 10 anos.

Os movimentos das perdas por imparidade de 2022 são analisados como segue:

Descrição	(valores em euros)			
	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Clientes gerais	(631 631)	(7 342)	5 788	(633 185)
Total:	(631 631)	(7 342)	5 788	(633 185)

Os movimentos das perdas por imparidade de 2021 são analisados como segue:

Descrição	(valores em euros)			
	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Clientes gerais	(601 060)	(30 571)		(631 631)
Total:	(601 060)	(30 571)		(631 631)

A antiguidade dos saldos de clientes conta corrente de 2022 apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Saldo	Menos de 1 mês	Entre 1 e 2 meses	Entre 2 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 12 e 18 meses	Entre 18 e 24 meses	Mais de 24 meses	Total
Cientes	3 372 374	1 785 174	1 091 428	798 964	41 044	607 680	73 939	729 926	8 500 530

A antiguidade dos saldos de clientes conta corrente de 2021 apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Saldo	Menos de 1 mês	Entre 1 e 2 meses	Entre 2 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 12 e 18 meses	Entre 18 e 24 meses	Mais de 24 meses	Total
Cientes	3 043 178	646 802	2 016 808	58 833	400 307	140 316	180 112	879 296	7 365 652

10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Activo		
IVA reembolsos pedidos	36 579	68 884
IVA a recuperar	55 016	81 384
Imposto sobre o rendimento	301 595	84 383
Outros impostos	33 518	32 324
IVA a recuperar (Sucursais)	566 664	649 276
Imposto sobre o rendimento (Sucursais)	51 702	49 560
IVA a recuperar (Outras sociedades)	50 929	40 450
Imposto sobre o rendimento (Outras sociedades)	63 167	34 424
Total:	1 159 170	1 040 683
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	6 536	52 422
Contribuições para a Segurança Social	101 192	108 664
Retenções de imposto sobre o rendimento	69 667	75 271
Imposto sobre o rendimento (Sucursais)	120 608	132 628
Contribuições para a Segurança Social (Sucursais)	4 458	6 089
Outras tributações (Sucursais)	6 300	13 310
Imposto sobre o rendimento (Outras sociedades)	97	4 417
Contribuições para a Segurança Social (Outras sociedades)	1 460	1 781
Outras tributações (Outras sociedades)	4.867	3 404
Total:	315 185	397 984

11 Outros créditos a receber

A rubrica de outras contas a receber é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2022	31-12-2021
Valor Bruto		
Adiantamento a Fornecedores	964 171	468 860
Outros devedores	763 974	1 732 092
Grau Acabamento	11 309 196	11 896 038
Outros acréscimos rendimentos	2 104 478	1 602 664
	15 141 819	15 699 654
Imparidade acumulada		
Imparidade do período		345 875
Imparidade de períodos anteriores	(7 005)	(352 879)
	(7 005)	(7 005)
Valor líquido contabilístico:	15 134 814	15 692 649

A rubrica grau de acabamento refere-se a montantes relacionados com a prestação de serviços de construção que foram realizados pela SETH à data de balanço, conforme respetivos autos de medição dos gastos incorridos e para as quais não foi emitida a respetiva fatura.

Obra	Grau Acabamento €
Quay and Breakwater, Cabinda	6 193 755
Porto Ilha do Maio, Cabo Verde	486 729
Perip Lot 4, EDM	3 086 498
Water deposit, Cotão	22 432
Nordeste road Rio Tinto	3 039
STIP Lot D 110 kV line, EDM	484 505
Micropiles, Moscavide school	8 626
110kV Lamego-Guaraguara, EDM	753 050
Micropiles, Vale Garrão	18 014
Conductor replacement, EDM	3 605
Electric vessels charging stations, Transtejo	114 511
Building T-715, USAF CMMSETH ACE	110 242
Repair ATC Tower, US Airforce	24 191
Total:	11 309 196

12 Diferimentos

A rubrica de diferimentos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2022	31-12-2021
Activo		
Gastos a reconhecer		
Seguros liquidados	66 284	105 236
Outros gastos a reconhecer	87 659	85 051
Total:	153 943	190 287
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Grau de Acabamento	1 271 031	474 815
Juros	35 236	35 236
Outros rendimentos a reconhecer	10 683	
Total:	1 316 950	510 051

A rubrica grau de acabamento refere-se a montantes relacionados com a prestação de serviços de construção ainda não realizada à data de balanço, mas já debitada ao cliente.

Obra	Grau Acabamento €
Quay 10M ZH, Ponta Delgada	56 377
Reservoir, Alto Santa Catarina	294 641
Jetty rehabilitation, Tanquisado	102 499
Piling, ETAR Parada	1 994
33kV Chupanga-Nessa, EDM	472 479
Sheet piling, Costa Terra	21 675
Dredging, Malongo Chevron	321 367
Total:	1 271 031

Os rendimentos a reconhecer com juros correspondem a juros de mora debitados a clientes cujo reconhecimento do rendimento depende do recebimento efetivo.

13 Capital subscrito

O capital social de 4.000.000 euros, representado por 4 milhões de ações ordinárias de valor nominal de 1 euro cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2022.

14 Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

15 Outros Instrumentos de Capital Próprio

Em setembro de 2022 foi deliberado em Assembleia Geral a conversão dos suprimentos no valor de EUR 4.000.000 em Prestações Acessórias.

16 Outras reservas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	<i>(valores em euros)</i>	
	31-12-2022	31-12-2021
Outras Reservas	(197 542)	(197 542)
Total:	(197 542)	(197 542)

O saldo compreende quer a rubrica de Excedentes de valorização quer Ajustamentos cambiais havidos com as sucursais.

17 Resultados transitados

A variação dos resultados transitados deveu-se à aplicação do resultado líquido do período de 2021 no montante de Euros 401.706 e à distribuição de resultados transitados do Cais de Cruzeiros – 2ª Fase, ACE no montante de Euros 1.592.

18 Ajustamentos/outras variações no capital próprio

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	<i>(valores em euros)</i>	
	31-12-2022	31-12-2021
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	(640 960)	(677 167)
Total:	(640 960)	(677 167)

Na rubrica diferenças de conversão de demonstrações financeiras, está relevado o montante resultante da variação em moeda nacional dos capitais próprios das sucursais, expressas em moeda estrangeira decorrente da alteração do câmbio respetivo.

19 Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes

O movimento na rubrica de provisões é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)			
	Saldo inicial	Adições	Reversões	Saldo final
Outros	140 923		(140 923)	(0)
Total:	140 923	-	(140 923)	(0)

À data de 31 de dezembro de 2022 existem processos judiciais intentados contra a Empresa, que é convicção da Administração, atendendo aos pressupostos e antecedentes das ações judiciais, às expectativas dadas pelos advogados que patrocinam a Empresa e às demais circunstâncias que envolvem os processos, que não resultarão em responsabilidades para a Empresa que justifiquem o registo de provisões para processos judiciais em curso.

Os processos existentes são referentes a reclamações e impugnações respeitantes a liquidações de IRC dos anos de 1997, 1998, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008.

A 31 de Dezembro de 2022 a Empresa havia prestado as seguintes garantias bancárias:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2022	31-12-2021
Garantias bancárias prestadas a terceiros		
- Bom cumprimento (contratos construção)	13 483 917	10 653 021
- Serviços adquiridos	62 422	62 422
- Judicial	1 311 337	1 853 660
Total:	14 857 676	12 569 103

As garantias bancárias no montante de Euros 1.311.336,59 são referentes a parte dos processos judiciais acima descritos. A empresa não prevê a ocorrência de factos que obriguem a um exfluxo económico.

20 Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2022	31-12-2021
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	277 778	1 024 445
Locações financeiras	24 138	
Suprimentos		4 000 000
	301 916	5 024 445
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	1 896 265	3 162 789
Outras facilidades de crédito	831 878	1 283 364
Descobertos bancários	755 642	2 542 337
Locações financeiras	60 034	27 979
Suprimentos	2 800 000	
	6 343 817	7 016 469
Total:	6 645 733	12 040 913

Os financiamentos não correntes respeitam a empréstimos contraídos junto do Millennium BCP e Santander Totta, com vencimento em maio de 2024.

Na rubrica outra facilidade de crédito está registado o instrumento de financiamento *Confirming on Time* do Millennium BCP.

Tal como referido na nota 15 os créditos por suprimentos detidos foram convertidos em Prestações Acessórias.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

(valores em euros)		
Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos/Descobertos bancários/ <i>Factoring</i>		
Até 1 ano	3 483 784	6 988 490
De 1 a 5 anos	277 778	1 024 445
A mais de 5 anos		
	3 761 562	8 012 934
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Locações financeiras		
Até 1 ano	60 034	27 979
De 1 a 5 anos	24 138	
A mais de 5 anos		
	84 171	27 979
Suprimentos		
Até 1 ano	2 800 000	
De 1 a 5 anos		4 000 000
A mais de 5 anos		
	2 800 000	4 000 000
Total:	6 645 733	12 040 913

À data de 31 de dezembro de 2022 os pagamentos futuros do capital em dívida dos financiamentos obtidos, são analisados como segue:

(valores em euros)			
Descrição	2023	2024	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras			
Empréstimos/Descobertos bancários/ <i>Factoring</i>	3 483 784	277 778	3 761 562
Locações financeiras	60 034	24 138	84 171
Suprimentos	2 800 000		2 800 000
Total:	6 343 817	301 916	6 645 733

21 Outras dívidas a pagar

A rubrica de outras dívidas a pagar é analisada como segue:

(valores em euros)		
Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Corrente		
Remunerações a liquidar	872 660	850 478
Credores por acréscimo gastos	996 997	1 016 320
Outros credores	812 358	326 645
Total:	2 682 015	2 193 443

22 Fornecedores

A rubrica de fornecedores é analisada como segue:

(valores em euros)		
Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Fornecedores c/c		
Gerais	5 904 587	4 023 646
Empresas subsidiárias	1 967	1 852
Total:	5 906 554	4 025 498

23 Adiantamento de clientes

A rubrica de adiantamento de clientes é analisada como segue:

(valores em euros)		
Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Clientes Gerais	4 153 617	2 278 746
Total:	4 153 617	2 278 746

Do saldo apresentado 70% respeita a adiantamentos efetuados pelo cliente EDM - Eletricidade de Moçambique e 26% ao adiantamento efetuado pelo cliente TRANSTEJO - TRANSPORTES TEJO, S.A..

24 Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

(valores em euros)		
Descrição	2022	2021
Serviços prestados		
Trabalhos de empreitadas	31 546 071	35 020 309
Serviços secundários	486 613	382 107
Total:	32 032 685	35 402 417

As principais obras, para o período de 2022, são como segue:

(valores em euros)		
Obra	2022	2021
Cais acostável, Aveiro		2 241 657
Cais, Cabinda	6 805 744	3 875 106
Porto Ilha do Maio, Cabo Verde	2 394 407	3 208 282
Electrificação Alto Lingonha		724 509
Cais -10m (ZH), Ponta Delgada	2 271 301	4 262 062
Vilanculos Lote 3	2 346 641	5 208 245
Postos Administrativos Zambezia	602 761	3 531 723
PERIP Lote 4, Maputo	5 493 107	4 642 553
Nova Reserva do Barlavento, Lagos	939 335	1 939 722
Reforço Ponte Cais Tanquisado	3 470 834	2 352 654
Renovate Building T-715, Lajes, Açores	862 409	526 472
Reservatório Alto do Cotão, Cacém	917 366	
Reservatório Alto de Sta. Catarina	1 767 642	
STIP Lot D - Linha de 110 kV	484 505	
Reparação Ponte Cais da DOW	593 586	
PCIREP Lamego-Guaraguara	968 164	
Linha 33kV Chupanga-Nessa	335 379	
Repair ATC Tower, US Airforce	59 648	
Outras	1 719 856	2 889 432
Total:	32 032 685	35 402 417

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma por área geográfica:

(valores em euros)

Área Geográfica	2022	2021
Portugal	12 158 648	13 858 841
Moçambique	10 370 454	14 460 187
Angola	7 109 176	3 875 106
Cabo Verde	2 394 407	3 208 282
Total:	32 032 685	35 402 417

25 Subsídios à exploração

(valores em euros)

Descrição	2022	2021
Subsídios à exploração		
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	3 840	11 519
Total:	3 840	11 519

O montante registado nesta conta está relacionado com um subsídio concedido pelo IEFP.

26 Trabalhos para a própria entidade

A rubrica de trabalhos para a própria entidade é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2022	2021
Activos fixos tangíveis	5 787	-
Total:	5 787	-

27 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	2022	2021
Saldo inicial (+)	194 061	427 399
Compras (+)	8 493 375	14 168 876
Regularizações (+/-)		
Saldo final (-)	424 135	194 061
CMVMC	8 263 300	14 625 858

28 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2022	2021
Subcontratos	9 538 138	5 472 979
	9 538 138	5 472 979
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	1 719 410	2 492 383
Conservação e reparação	632 310	708 642
Honorários	36 497	35 272
Vigilância e segurança	87 116	100 541
Publicidade e propaganda	7 893	6 541
Outros	5 092	1 940
	2 488 316	3 345 319
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	74 454	106 557
Material de escritório	27 428	40 144
Artigos para oferta	51 036	3 767
Livros e documentação técnica	1 461	13 049
Outros	144	604
	154 523	164 120
Energia e fluidos:		
Combustíveis	730 737	551 496
Electricidade	68 695	68 246
Água	29 706	31 706
Outros	54 182	58 716
	883 321	710 163
Deslocações, estadas e transportes:		
Transportes de mercadorias	436 418	612 618
Deslocações e estadas	426 602	429 521
Transportes de pessoal	2 591	1 736
	865 611	1 043 875
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	1 725 485	1 847 187
Seguros	310 190	343 601
Comunicação	67 319	72 133
Limpeza, higiene e conforto	111 278	103 482
Despesas de representação	58 753	19 178
Contencioso e notariado	95 893	1 879
Royalties		40 764
Outros serviços	2 213 556	(43 465)
	4 582 472	2 384 760
Total:	18 512 382	13 121 216

As variações mais significativas ocorreram na rubrica subcontratos.

A variação da rubrica de subcontratos está relacionada essencialmente com os subcontratos relacionados com a obra do Cais de Cabinda enquanto a variação da rubrica de outros serviços deve-se a acertos de contas relativos à obra de Cabo Verde.

29 Gastos com pessoal

A rubrica de gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Remunerações dos órgãos sociais	376 872	401 293
Remunerações do pessoal	5 778 487	5 735 026
Encargos sobre remunerações	974 654	940 136
Indemnizações	3 832	5 578
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	95 026	92 994
Gastos de acção social	2 284	1 594
Outros gastos com o pessoal	76 867	159 399
Total:	7 308 022	7 336 019

O detalhe dos trabalhadores em 31 de dezembro de 2022 e 2021, em Portugal, Moçambique e Cabo Verde por cargos de direção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Órgãos sociais	2	2
Directores/Chefias superiores	7	7
Quadros superiores	13	13
Quadros médios	17	20
Chefias intermédias	28	28
Profissionais altamente qualificados	7	9
Profissionais qualificados	85	102
Profissionais semi-qualificados	90	92
Profissionais não qualificados	51	75
Total:	300	348

No final de 2022 a Sucursal Moçambique tinha contratados 176 trabalhadores face a 213 no ano anterior. A Sucursal Cabo Verde encerrou o ano 2022 com 3 trabalhadores.

30 Imparidade de inventários

A rubrica imparidade de inventários é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Imparidade de Inventários		
Inventários	(345)	(490)
Total:	(345)	(490)

31 Outros rendimentos

A rubrica de outros rendimentos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Rendimentos suplementares	1 134 124	952 225
Restantes activos financeiros	1 286 400	746 026
Investimentos não financeiros	418 195	13 799
Descontos de pronto pagamento obtidos	2 319	18 481
Outros	652 673	742 408
Total:	3 493 711	2 472 939

A 31 de Dezembro de 2022 o fornecimento de materiais para a nossa Sucursal de Cabo Verde e o aluguer de equipamento à mesma Sucursal representam a quase totalidade dos rendimentos suplementares.

A rubrica de Restantes Ativos Financeiros reflete as diferenças cambiais registadas durante o período.

32 Outros gastos

A rubrica de outros gastos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Comissões e serviços bancários	244 391	334 247
Impostos	157 787	131 772
Penalidades Contratuais	810 661	
Diferenças cambiais	1 195 615	733 127
Outros	91 435	143 933
Total:	2 449 889	1 343 079

Em junho de 2022, o agrupamento Cais de Cruzeiros 2.ª Fase ACE acordou com o cliente APL o pagamento de indemnização cujo valor pertencente à SETH foi contabilizado na rubrica penalidades contratuais.

33 Juros e rendimentos similares obtidos

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Juros obtidos	7 786	2 607
Total:	7 786	2 607

34 Juros e gastos similares suportados

A rubrica de juros e gastos similares suportados é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Juros suportados	222 229	145 870
Total:	222 229	145 870

Os juros suportados estão relacionados com os financiamentos obtidos mencionados na nota 20.

35 Divulgações de partes relacionadas

Com referência a 31 de dezembro de 2022 e 2021 a estrutura acionista da Empresa, é como segue:

(número de acções)

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
MT Højgaard International a/s	2 400 000	2 400 000
Approachdetail – SGPS, SA	1 600 000	1 600 000
Total	4 000 000	4 000 000

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Activos		
Subsidiárias	199 543	148 908
Empreendimentos conjuntos	56 980	26 416
Eng. Ricardo Gomes	322 961	209 524
Total	579 484	384 848
Passivos		
Subsidiárias	180 043	35 439
MT Højgaard a/s	2 800 000	2 400 000
Approachdetail – SGPS, SA		1 600 000
Total	2 980 043	4 035 439

As transações entre partes relacionadas são essencialmente de cedência de pessoal e materiais.

36 Interesses Minoritários

Os saldos relativos aos interesses minoritários registados nas demonstrações financeiras são analisados como se segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Resultado líquido do período		
SethAngola, S.A.	131 798	57 743
Total	131 798	57 743
Ajustamentos Capitais Próprios		
SethAngola, S.A.	(230 205)	(60 992)
Total	(230 205)	(60 992)
Total	(98 406)	(3 249)

37 Contratos de Construção

O método utilizado para a contabilização dos contratos de construção é o método do grau de acabamento. Os réditos e os custos do contrato são reconhecidos de acordo com a NCRF 19.

				(valores em euros)
Descrição	Reconhecidos anos anteriores	Reconhecidos no período	Diferidos/ Não Reconhecidos	Total
Gastos	39 891 965	30 786 420		70 678 385
Rendimentos/Rédito	48 372 111	43 531 402	(10 038 165)	81 865 347

38 Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração a 15 de fevereiro de 2023.

39 Divulgações exigidas por diplomas legais

Os honorários assumidos em 2022 relativos aos Revisores Oficiais de Contas são de Euros 32.600, tendo sido em 2021 no montante de Euros 31.000.

40 Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que os resultados sejam aplicados em Resultados Transitados.

O Conselho de Administração
Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
Sofia Mendes
Carsten Lund

A Contabilista Certificada
Bárbara Themudo

Certificação Legal de Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de SETH - Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A. (o Grupo), que compreendem o Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 33.406.549 euros e um total de capital próprio de 12.386.495 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.356.652 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de SETH - Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do Relatório Consolidado de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório Consolidado de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório Consolidado de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório Consolidado de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 15 de março de 2023

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Luís Miguel Gonçalves Rosado (ROC nº 1607)
Registado na CMVM com o nº 20161217

Certificações

AENOR
Confía



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade



ER-0292/2018

AENOR certifica que a organização

SETH - SOCIEDADE DE EMPREITADAS E TRABALHOS HIDRÁULICOS, S.A.

dispõe de um sistema de gestão da qualidade conforme com a norma ISO 9001:2015

para as atividades: Coordenação e execução de obras de construção civil e públicas, designadamente para obras de edificação, proteção costeira, portuárias, hidráulicas, gasodutos, estruturas de betão e metálicas e cravação de estacas.

que se realizam em: Sede: Avenida Tomás Ribeiro, 145. - 2790-467 Queijas (Portugal)
Estaleiro Central de Palmela: Rua da Ponte 2 - Orvidais. - 2950-422 Setúbal (Portugal)

Data da primeira emissão: 2018-05-17
Data da última emissão: 2021-08-31
Data de validade: 2024-08-31

Rafael GARCÍA MEIRO
Diretor Geral

Certificado transferido. Data de emissão do certificado da entidade de certificação acreditada: 2016-01-25

AENOR INTERNACIONAL S.A.U.
Génova, 6. 28004 Madrid. España
Tel. 91 432 60 00.- www.aenor.com



Lus AENOR Avenida da Boavista, 1180 - 2º C - 4100-113 PORTO Portugal - www.lusaenor.com

AENOR
Confía



Certificado do Sistema de Gestão Ambiental



GA-2018/0140

AENOR certifica que a organização

SETH - SOCIEDADE DE EMPREITADAS E TRABALHOS HIDRÁULICOS, S.A.

dispõe de um sistema de gestão ambiental conforme com a norma ISO 14001:2015

para as atividades: Coordenação e execução de obras de construção civil e públicas, designadamente para obras de edificação, proteção costeira, portuárias, hidráulicas, gasodutos, estruturas de betão e metálicas e cravação de estacas.

que se realizam em: Sede: Avenida Tomás Ribeiro, 145. - 2790-467 Queijas (Portugal)
Estaleiro Central de Palmela: Rua da Ponte 2 - Orvidais. - 2950-422 Setúbal (Portugal)

Data da primeira emissão: 2018-05-17
Data da última emissão: 2021-08-31
Data de validade: 2024-08-31

Rafael GARCÍA MEIRO
Diretor Geral

Certificado transferido. Data de emissão do certificado da entidade de certificação acreditada: 2015-09-01

AENOR INTERNACIONAL S.A.U.
Génova, 6. 28004 Madrid. España
Tel. 91 432 60 00.- www.aenor.com



Lus AENOR Avenida da Boavista, 1180 - 2º C - 4100-113 PORTO Portugal - www.lusaenor.com



Certificado do Sistema de Gestão Segurança e Saúde no Trabalho



SST-0075/2018

AENOR certifica que a organização

SETH - SOCIEDADE DE DE EMPREITADAS E TRABALHOS HIDRÁULICOS, S.A.

dispõe de um sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho conforme com a norma ISO
45001:2018

para as atividades: Coordenação e execução de obras de construção civil e
públicas, designadamente para obras de edificação,
proteção costeira, portuárias, hidráulicas, gasodutos,
estruturas de betão e metálicas e cravação de estacas.

que se realizam em: Sede: Avenida Tomás Ribeiro, 145. - 2790-467 Queijas
(Portugal)
Estaleiro Central de Palmela: Rua da Ponte 2 - Orvidais. -
2950-422 Setúbal (Portugal)

Data da primeira emissão: 2021-02-08
Data da última emissão: 2021-09-10
Data de validade: 2024-09-10

Rafael GARCÍA MEIRO
Diretor Geral

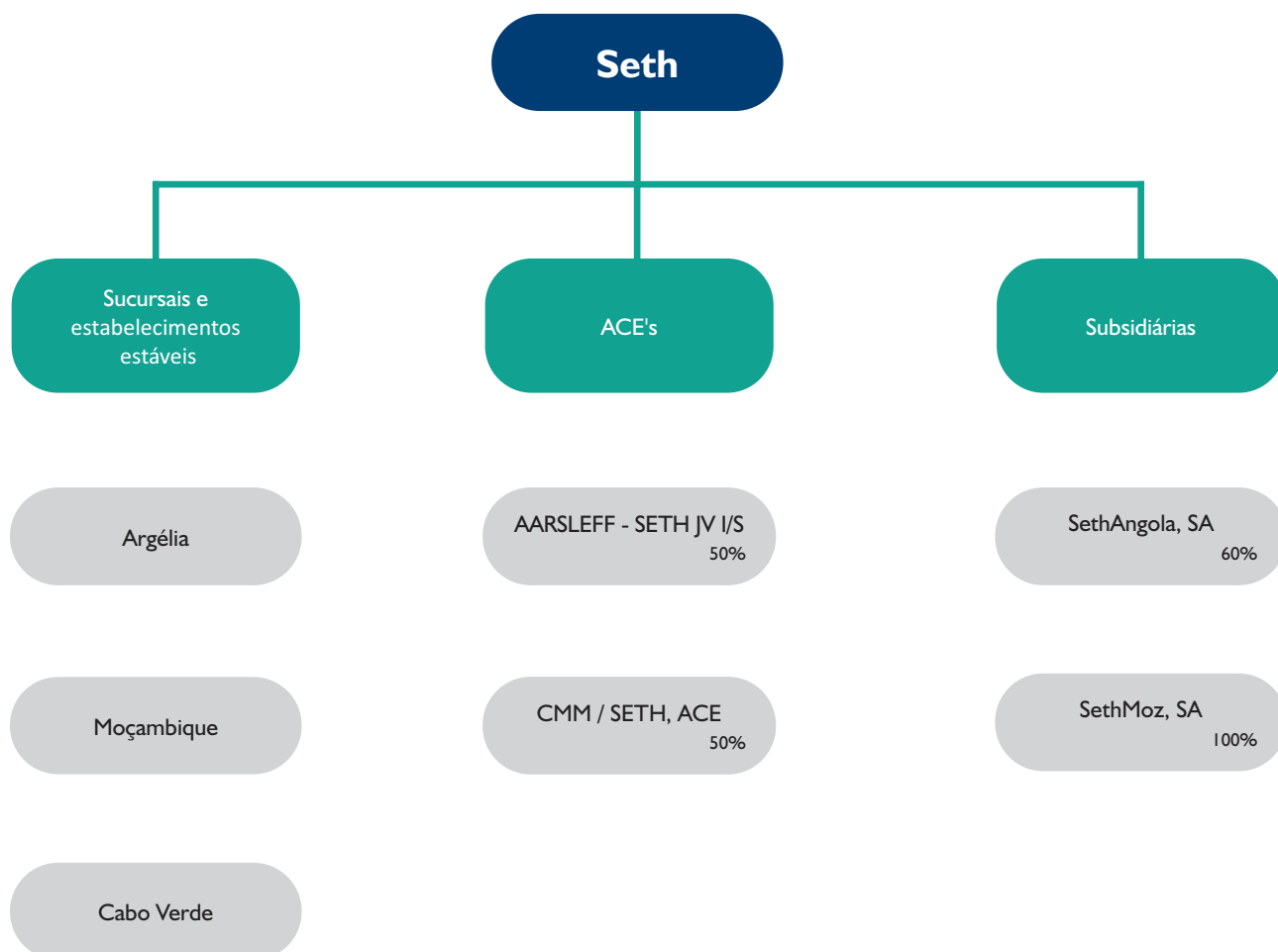
O titular deste certificado possuía certificação acreditada de acordo com a OHSAS 18001 desde: 2018-06-01

AENOR INTERNACIONAL S.A.U.
Génova, 6. 28004 Madrid. España
Tel. 91 432 60 00.- www.aenor.com



LusAENOR Avenida da Boavista, 1180 - 2º C- 4100-113 PORTO Portugal - www.lusaenor.com

Organigrama





SETH – RELATÓRIO E CONTAS 2022

Ficha Técnica

Coordenação Editorial – Inácio Beirão

Textos – Seth

Tradução inglês – Verbis Iberia, Tecnologias de Informação, Lda. + Seth (SM)

Designer/Paginação – Escala 3 – Publicidade e Artes Gráficas, Lda. (Aqualva-Cacém, Portugal)

Foto da capa: Empreitada de Reabilitação e Reforço da Ponte Cais da Tanquisado (Mitrena, Setúbal)

Pré-impressão, impressão e acabamento – Escala 3 – Publicidade e Artes Gráficas, Lda. (Aqualva-Cacém, Portugal)



 **Avenida Tomás Ribeiro, 145**
2790-467 QUEIJAS – Portugal

 **+(351) 21 943 14 79**
(Chamada para rede fixa nacional)

 **seth@seth.pt**

ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO N.º 5 – PUB
NIPC 500 257 760

 **seth.pt**

